

EDUARDO MARTINS RÃO

TRANSIÇÕES DO CAPITALISMO AO SOCIALISMO E/OU PÓS-CAPITALISMO NO SÉCULO XXI: BREVE SÍNTESE DO DEBATE

Recebido em 11/12/2020

Aprovado em 19/04/2021

TRANSIÇÕES DO CAPITALISMO AO SOCIALISMO E/OU PÓS-CAPITALISMO NO SÉCULO XXI: BREVE SÍNTESE DO DEBATE

Resumo

O objetivo deste artigo consiste em realizar uma breve síntese do debate acerca das teorias que se propuseram a fazer uma reflexão crítica sobre os processos de transição do capitalismo para o socialismo e/ou pós-capitalismo no século XXI. Em face de um conjunto amplo de estudos e análises, procedeu-se com a delimitação de cinco abordagens que consideramos estar entre as principais contribuições encontradas na literatura e na discussão pública. Sendo assim, serão apresentados os aspectos mais fundamentais das teses inscritas nas posições teóricas do socialismo digital, do pós-capitalismo, do socialismo autogestionário, do ecossocialismo e do socialismo pós-capital. Importa, ainda, deixar bastante explícitas as diferenças entre os autores em termos de pensar a transição ao socialismo/pós-capitalismo no século XXI do ponto de vista do papel atribuído ao desenvolvimento das forças produtivas, assim como também das perspectivas acerca das necessidades de transformações na forma do Estado e do mercado e, sobretudo, da efetividade ou não de uma revolução para a supressão do próprio capitalismo.

Palavras-chave: capitalismo; pós-capitalismo; socialismo; transição; crise.

EDUARDO MARTINS RÃO

Doutor em Desenvolvimento Econômico (Unicamp) e Professor dos cursos presenciais de Administração, Contábeis, Tecnologia em Logística, Recursos Humanos e Processos Gerenciais, do Centro Universitário do Vale do Ribeira (UNIVR).

E-mail: dudumrao@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0966-7568>

Abstract

The aim of this paper is to provide a brief summary of the debate about the theories that set out to critically reflect on the transition processes from capitalism to socialism and / or post-capitalism in the 21st century. In view of a wide range of studies and analysts, we proceeded with the delimitation of five approaches that we consider to be the main contributions found in the literature and in the public discussion. Therefore, the most fundamental aspects of the theses inscribed in the theoretical positions of digital socialism, post-capitalism, self-managing socialism, ecosystem-socialism and post-capital socialism will be presented. It is also important to make explicit the differences between the authors in terms of thinking about the transition to socialism / post-capitalism in the 21st century from the point of view of the role attributed to the development of the productive forces, as well as the perspectives on the needs of transformations in the form of the state and the market and, above all, the effectiveness or not of a revolution for the suppression of capitalism itself.

Keywords: capitalism; post-capitalism; socialism; transition; crisis.

I. Introdução

A problemática sobre as transformações ocorridas nos anos de 1970, e cristalizadas nos anos de 1990, tornou-se crucial para avaliar as características da contemporaneidade das sociedades capitalistas e do próprio capitalismo, como também se mostra notória nos termos do debate sobre a viabilidade e o caráter de um processo de transição do capitalismo ao socialismo ou ao pós-capitalismo. Se muitas são as formas de analisar o papel das transformações surtidas após 1970, obviamente muitas serão as maneiras de pensar as transições e muitos serão os tipos de transições correspondentes para cada um dos grupamentos teóricos e para cada um dos autores tomados especificamente.

Entretanto, embora esta problemática tenha assumido muitos desdobramentos, especialmente depois da dissolução da experiência do socialismo real e do conseqüente desmantelamento da URSS, simbolizado pela queda do muro de Berlim, o desafio que está colocado, para grande parte da esquerda em todo o mundo, exige uma avaliação sobre o futuro do socialismo no século XXI, alinhada ao exame crítico das experimentações socialistas empreendidas no século XX.

Nesse sentido, podemos indicar pelo menos cinco linhas¹ cujas abordagens versam sobre esta questão: a primeira, de Morozov (2019) e Prado (2014 e 2019), remete ao clássico debate em torno do cálculo e do planejamento econômicos; a segunda, de Mason (2017), busca estabelecer a possibilidade do pós-capitalismo a partir dos elementos encontrados no interior do próprio capitalismo; a terceira, de Singer (1998, 1999 e 2004), assevera a necessidade de radicalização da democracia e da solidariedade, como princípios fundamentais para a construção do socialismo, por meio do uso alternativo

¹ Registram-se ainda as obras de alguns autores, sobretudo latino-americanos, que têm se debruçado sobre esta temática, mas que, por razões de limitação, não serão abordados: J. Bernardo (1975), S. H. Dieterich (2006), O. F. BORDA (2008), A. G. Linera (2015), A. Costa (2016) etc. Caberia ressaltar, ademais, nossa lacuna em pelo menos dois aspectos: as opressões de raça, gênero e sexo e o papel destas lutas para o processo de transição ao socialismo e, ainda, o papel e o caráter da experiência chinesa. Esperamos cobrir estas duas lacunas em trabalhos futuros.

das forças produtivas erigidas pelo capitalismo; a quarta, de Löwy (2000, 2005 e 2009), destaca a importância da ocorrência de uma grande transição, marcada por transformações profundas e sistêmicas, em prol do ecosocialismo, sustentado pelo planejamento democrático ecológico; e a quinta, de Mészáros (2002, 2004 e 2009), exalta a premente e radical “regeneração da humanidade”, baseada na superação do “sociometabolismo do capital”, implicando o socialismo pós-capital.

Desta forma, o presente artigo conta, além desta introdução e das considerações finais, com a exposição sumária das abordagens acerca da transição do capitalismo para o socialismo e/ou pós-capitalismo, inscritas nas teses do socialismo digital, do pós-capitalismo, do socialismo autogestionário, do ecosocialismo e do socialismo pós-capital.

2. Breve síntese do debate

2.1. Cálculo e planejamento econômicos – socialismo digital

A primeira abordagem está referendada no debate sobre o cálculo e o planejamento econômicos que se desenvolveu desde meados de 1850. Barbieri (2013) localiza essa origem e nos apresenta uma linha do tempo, com as principais contribuições dos autores²: o momento mais marcante se concentrou na década de 1930, sendo retomado, posteriormente, nos anos 1980 e 1990.

Verifica-se que a disputa, envolvendo os economistas austríacos e neoclássicos e os teóricos do socialismo de mercado, ganhou nova dimensão

² O pré-debate origina-se na segunda metade do século XIX, com as publicações de Gossen (1853) e Wieser (1889) e segue no início do século XX, a partir de Pierson (1902), Barone (1908) e Cassel (1918). Nos anos de 1920, assume uma orientação mais definida com as obras de Mises (1920 e 1922), Brutzkus (1920), Weber (1922) e Taylor (1929). Na década de 1930, temos as contribuições de Dickinson (1933), Dobb (1934-1935), Lerner (1934), Hayek (1935), Robbins (1935), Durbin (1936), Lange (1936-7b e 1936-7c) e Hoff (1938). Nos anos de 1940, o debate segue com Hayek (1940), Thirlby (1946), Schumpeter (1947), Bergson (1948) e Mises (1949). Em 1953, Wiseman (1953) avança, mas a discussão será retomada apenas na década de 1980, por Nove (1983), Lavoie (1985), Kornai (1986) e Hayek (1988). Nos anos de 1990, segue com as abordagens de Bardhan e Roemer (1993), Cottrell e Cockshott (1993), Stiglitz (1994), Roemer (1994), Shleifer e Vishny (1994), Horwitz (1996) e Caldwell (1997). Cf. Barbieri (2013).

com a linha adotada por Hayek, ao incorporar o conhecimento à noção da complexidade do problema econômico:³ se os termos do debate, modificados pela elaboração hayekiana, postulam a necessidade da explicação de como o conhecimento converge para a realidade, os socialistas de mercado aproveitaram-se desta abertura para proporem modelos que tratassem do problema do conhecimento enquanto informação assimétrica entre planejadores e administradores.

Em outras palavras, para Barbieri (2013), Hayek redefine os termos do debate sobre o cálculo no socialismo ao incorporar a noção de complexidade e sua relação com o conhecimento, indicando a incapacidade do socialismo em auferir a correspondência automática entre os dados subjetivos e a realidade. Porém, esta abertura permitiu aos socialistas de mercado reduzir a economia do conhecimento a uma simplificação, enquanto economia da informação assimétrica, perquirindo modelos positivistas em que o problema do cálculo se reduz à discussão sobre a capacidade de processar e coletar dados objetivos acerca das funções de produção, da demanda e das quantidades de recursos.

Nos anos 2000, especialmente após a crise de 2008, este debate assumiu novos contornos. No âmbito dos teóricos do socialismo de mercado, destaca-se a obra de Daniel Saros (2014), *Information Technology and Socialist Construction: The End of Capital and the Transition to Socialism*. Já no espectro das elaborações neoclássicas, chama atenção o livro de Mayer-Schönberger e Ramge (2018), *Reinventing Capitalism in the Age of Big Data*. Estas duas obras serão

³ “[...] as diferentes posturas a respeito da possibilidade de realizar cálculo econômico no socialismo variam conforme as diferentes concepções adotadas sobre a complexidade do problema econômico e sobre a natureza do conhecimento utilizado na solução do mesmo. Se o problema for complexo e os seres humanos não forem oniscientes, o conhecimento sobre os detalhes que compõem os cambiantes fundamentos da economia é disperso entre os agentes e ao mesmo tempo falível. Se o conhecimento dos agentes for falível, precisamos de um mecanismo impessoal de seleção de hipóteses conjecturais (como o sistema de preços de mercado) e da liberdade para experimentar essas hipóteses (proporcionada nos mercados livres pela propriedade privada). Os mecanismos de seleção artificial propostos no debate, por outro lado, transferem a simplicidade do modelo para a realidade, reduzindo então a complexidade desta. Se não distinguirmos a natureza do conhecimento do cientista e do agente, corremos o risco de adotar uma visão positivista sobre o conhecimento dos agentes: o problema do cálculo se reduziria então à discussão sobre a capacidade de processar e coletar dados objetivos sobre funções de produção, demanda e quantidades de recursos” (BARBIERI, 2013, pp. 286-287).

analisadas e criticadas no artigo de Morozov (2019), publicado na *New Left Review*, intitulado “Digital Socialism? The Calculation Debate in the Age of Big Data”. O objetivo de Morozov (2019) é examinar – e revitalizar – o debate sobre o cálculo econômico no socialismo a partir da análise sobre conhecimento, preços e coordenação social na era do *Big Data*, pois, em sua avaliação, desde a crise de 2008, existe certa disputa em torno de como reestruturar a economia global com base nas inovações digitais (“New Deal on Data”).

⁴ Sobre sua crítica mais geral: “*Reinventing Capitalism* é um dos vários livros recentes que pretendem ler as mudanças massivas desencadeadas pelo surgimento de novos modelos de negócios intensivos em dados contra o fundo analítico mais amplo do capitalismo contemporâneo. *The Age of Surveillance Capitalism*, de Shoshana Zuboff, pode ser o exemplo mais proeminente; outro é *World After Capital*, autopublicado *online* pelo capitalista germano-americano Albert Wenger (citado de forma bastante favorável por Mayer-Schönberger e Ramge). Na falta de uma concepção de capitalismo robusta e fundamentada teórica e historicamente, esses textos seguem a mesma trajetória narrativa: os autores começam escolhendo algum estágio anterior – ‘capitalismo financeiro’ para Mayer-Schönberger e Ramge, ‘capitalismo de defesa’ para Zuboff, ‘capitalismo da era industrial’ para Wenger – e então prosseguem com o lançamento do deus *ex machina* da tecnologia da informação, *Big Data*, aprendizado de máquina ou mesmo (no caso de Wenger) ‘a universalidade da computação a custo marginal zero’. Todos os três concluem que o estágio atual do capitalismo – ‘capitalismo de dados’ (Mayer-Schönberger e Ramge), ‘capitalismo de vigilância’ (Zuboff), ‘Era do Conhecimento’ no pós-capitalismo (Wenger) – é uma partida radical do anterior, e que mudanças drásticas na tecnologia da informação explicam a transição. Eles se voltam para a história recente apenas de maneira muito seletiva, principalmente para reforçar seu esquema presentista de dois estágios. As consequências analíticas e políticas variam. Zuboff tem pouco a dizer de positivo sobre a era do ‘capitalismo de vigilância’, enquanto *Reinventing Capitalism* conclui com uma leitura quase religiosa do poder terapêutico dos dados e da informação, que vai curar os males do capitalismo contemporâneo e restaurar a eficiência do mercado” (MOROZOV, 2019, p. 39; tradução nossa). Sobre suas críticas específicas à obra *Reinventing Capitalism*: “Por que tudo isso, quando o conceito existente de capitalismo, em toda a sua riqueza analítica, já permite tais transições? Talvez porque operar com esse conceito significasse conceber o capital como um sistema e como uma relação social – e não apenas um estoque de bens físicos e imateriais disponíveis para a produção, como tendem a imaginar os economistas neoclássicos. Dada a relutância de Mayer-Schönberger e sua turma em fazê-lo, mesmo em um contexto de crescentes ansiedades sobre a direção do sistema capitalista, é provável que vejamos mais uma torrente de livros que são nominalmente sobre o futuro do capitalismo, mas oferecem, na melhor das hipóteses, representações de regularidades observadas em como as empresas capitalistas expandem seus estoques de capital para incluir dados. O comportamento futuro dessas empresas equivale a nada menos do que o futuro do próprio capitalismo. Se isso é um pouco melhor do que os contos de fadas da concorrência perfeita e equilíbrio de mercado elaborados por economistas neoclássicos, o uso prático e político de tais percepções é mínimo, já que eles ignoram os impulsionadores fundamentais que moldam o comportamento até mesmo daquelas empresas capitalistas individuais que suas teorias propõem explicar. Reinventar a primeira grande dicotomia do capitalismo – ‘dados versus dinheiro’ – parece insustentável. Mas, e sua segunda dicotomia, entre preços e informação? Aqui, a avaliação é um pouco mais complicada e exigirá uma excursão pela economia clássica e neoclássica, com suas ideias contrastantes de informação, preços e competição – e, em particular, uma leitura atenta de Hayek. *Reinventing Capitalism* é muito leve na teoria econômica e nunca fica muito claro qual estrutura – clássica, neoclássica, austríaca? – informa a insistência dos autores na obsolescência do preço e na ascendência dos dados. Pode-se, no entanto, tentar deduzi-lo” (*ibidem*, p. 42; tradução nossa).

Após expor sua crítica geral às teses “pró-capitalistas”⁴, o autor se debruça criticamente junto à obra de Mayer-Schönberger e Ramge (2018), ressaltando, principalmente, os aspectos mais fundamentais encontrados no livro: (i) a relação entre informação e sistema de preços;⁵ (ii) o conhecimento não

⁵ “O profundo apreço de Hayek pelo preço repousa no fato de que, à medida que os parceiros da transação negociam, eles devem levar em consideração todas as informações que têm em mãos, incluindo suas prioridades e preferências, e condensá-las em um único valor”, afirma Mayer-Schönberger e Ramge. É contra essas visões presumidas de Hayek que eles montam seu próprio argumento de que a tecnologia agora pode fornecer mais informações do que preços, porque não é mais necessário condensar informações – pode-se simplesmente usá-las” (MOROZOV, 2019, pp. 44-45; tradução nossa).

⁶ “Argumentar que há uma escolha a ser feita entre o sistema de preços e o sistema de conhecimento – ou que o último, na forma de *Big Data*, agora está suplantando o primeiro – é fundamentalmente não entender a visão de Hayek de como o sistema capitalista funciona. O fato de os preços terem significado informativo para os participantes do mercado – o que, por si só, depende da internalização das leis básicas do capitalismo – não os impede de adquirir outras formas de informação, antes do momento da troca, durante a fase crucial da ‘competição real’. Como os economistas neoclássicos, os autores de *Reinventing Capitalism* eliminam esse estágio anterior de sua concepção de troca. Eles, portanto, afirmam que os preços devem condensar todas as informações disponíveis – o que, é claro, eles não podem. Toda a premissa do livro é a consequência lógica de tentar encaixar a visão dinâmica da competição de Hayek em uma estrutura neoclássica estática – e, ao descobrir que ela não se encaixa, postular que precisamos de outro termo informativo para ‘capitalismo’” (MOROZOV, 2019, p. 47; tradução nossa).

⁷ “Enquanto Hayek, em sua primeira contribuição para o Debate do Cálculo Socialista, traçou uma distinção explícita entre o economista – o protagonista de uma economia de mercado – e o engenheiro – o protagonista de uma economia de planejamento central –, o consenso pós-hayekiano na economia neoclássica rendeu uma mistura estranha dos dois. E à medida que o mundo se digitaliza cada vez mais, construir novos mercados, bem como consertar os já existentes, fica mais fácil e barato: atuar sobre as dimensões informacionais da troca de mercado agora pode ser feito remotamente, por meio de plataformas digitais. *Reinventing Capitalism* pertence diretamente a esta tradição intelectual de ‘design de mercado’ – um fato que os autores reconhecem vagamente ao situar seu argumento em relação ao trabalho do economista de Stanford, Alvin Roth, o ganhador do Prêmio Nobel de ‘design de mercado’” (MOROZOV, 2019, p. 49; tradução nossa).

⁸ “De fato, a problemática de *Reinventing Capitalism*, originalmente construída ao longo do eixo preço-informação, também gira em torno do eixo lei-mercado. Não é que o preço esteja perdendo terreno para a informação; ao contrário, as soluções para os problemas sociais que se baseiam na lógica do direito – e, portanto, em marcos coletivos, passíveis de revisão democrática – estão perdendo espaço para soluções baseadas na lógica do mercado, sob medida para a figura atomizada do consumidor. O Uber, cuja existência depende da polinização cruzada de vários mecanismos de *feedback*, é um exemplo disso. [...] O que foi feito aos passageiros (e motoristas) agora está sendo estendido a outros domínios. O campo conhecido como ‘regulamento algorítmico’ – ou ‘Regulamento 2.0’ – estuda como aplicar mecanismos de *feedback* de estilo Uber a uma ampla gama de atividades sociais. Sidewalk Labs, uma unidade da Alphabet que trabalha em ‘consertar’ cidades, sugeriu usá-los para o zoneamento: por que os conselhos municipais deveriam impor restrições sobre o que pode ser construído, em vez de simplesmente deixar os desenvolvedores capitalistas experimentarem como quiserem com a realidade local do mercado imobiliário, e interferir apenas se o *feedback* – de vizinhos reclamando de barulho, por exemplo – exceder algum limite negativo?” (MOROZOV, 2019, pp. 50-52; tradução nossa).

baseado em preços;⁶ (iii) o papel dos tecnocratas do mercado⁷ e (iv) as modalidades de mercado.⁸

No entanto, admite que uma das mais importantes contribuições trazidas pelo livro reside na noção de “*dados de retroalimentação*”, desdobrado no conceito de “*infraestrutura de retroalimentação*”. Morozov (2019) acredita que será em função deste paradigma que se empenharão as grandes batalhas políticas vindouras: *a questão do funcionamento dos meios de produzir os “dados de retroalimentação”, bem como também a questão de quem possui os próprios dados.*

Assim sendo, dois projetos se impõem: o projeto político de “retroalimentação neoliberal” e o projeto à esquerda. O primeiro atende a dois objetivos: (i) colaborar para a resolução dos problemas de ineficiências que entravam os mercados existentes e operar em face de soluções indesejadas para os problemas sociais emergentes, particularmente aquelas que não estejam adequadas ao mercado e (ii) programar “mercados artificiais” em situações nas quais eles não surgem espontaneamente. Ou seja, um projeto que visa subordinar todos os seres humanos à lógica da concorrência como norma social.

O projeto à esquerda, por sua vez, para superar o projeto neoliberal, precisa almejar a construção de uma “infraestrutura de retroalimentação”, apoiada em três possibilidades: (i) a solidariedade como procedimento de descobrimento, (ii) o desenho de “não-mercados” e (iii) o planejamento descentralizado.⁹ Trata-se, em suma, de a esquerda perseverar pela *socialização dos meios de produção de retroalimentação*.

Todos os três projetos – “solidariedade como descoberta”, “projetar não-mercados” e “planejamento automatizado” – sugerem um mundo em que o aumento da complexidade não é aceito como um fato inalterável e

⁹ “O primeiro, que podemos, seguindo a descrição de Hayek da competição, chamar de ‘solidariedade como um procedimento de descoberta’, tem a ver com a detecção de novas necessidades e formas de satisfazê-las por meio de mecanismos não mercantis. O segundo, que poderíamos chamar de ‘projetar não-mercados’, diz respeito à coordenação social em questões não relacionadas à produção e ao consumo. O terceiro, que podemos chamar de ‘planejamento automatizado’, se concentra exclusivamente na coordenação na esfera econômica” (MOROZOV, 2019, pp. 54-55; tradução nossa).

onde a competição não é a única maneira de lidar com isto. A tecnologia da informação, por sua vez, seria vista como um meio de descobrir e atuar sobre a plasticidade dos arranjos sociais e econômicos, desfazendo os feixes – como o preço, cujas várias funções já haviam sido agrupadas – que até agora foram tomados por garantidos. Progredir em qualquer uma dessas frentes pode constituir um grande avanço para a esquerda. Mas nenhum progresso desse tipo materializar-se-á se os meios para criar modos alternativos de coordenação social – a “infraestrutura de *feedback*” – permanecerem propriedade exclusiva dos gigantes da tecnologia.¹⁰ (MOROZOV, 2019, p. 65; tradução nossa)

Dialogando com este autor, Prado (2014) já nos dizia que seria fundamental pensarmos o socialismo em termos de planejamento descentralizado e democrático, contrapondo-se ao planejamento centralizado, ditado no “socialismo real”.¹¹ Por conseguinte, Prado (2019) confia no argumento de Morozov (2019) de que uma das disputas mais centrais, no século XXI, reside na possibilidade de superação do mercado pelo planejamento democrático, a partir do “socialismo digital”. Em suas palavras:

¹⁰ Segue afirmando que: “Se o Debate do Cálculo Socialista nos ensina alguma coisa, é que a esquerda não deve perder tempo debatendo os méritos do mecanismo de preços isolado de sua inserção no sistema mais amplo de competição capitalista, que gera conhecimento não relacionado a preços e produz as normas sociais gerais e os padrões de legibilidade que permitem ao sistema de preços fazer tanto com tão pouco. Embora seja verdade que, avaliado em seus próprios termos, o sistema de preços parece uma maravilha de coordenação social, também é verdade que, sem os mercados capitalistas, ele não existe. Portanto, faz sentido buscar uma avaliação mais abrangente, observando como a existência da competição capitalista – e do capitalismo em geral – afeta a coordenação social *tout court*. A coordenação social pode ser mediada por muitos mecanismos, incluindo lei, deliberação democrática, ‘burocracia radical’ descentralizada e controle de *feedback*, bem como o sistema de preços. [...] A esquerda, então, deve se concentrar em preservar e expandir a ecologia dos diferentes modos de coordenação social, ao mesmo tempo que documenta os pesados custos – inclusive na própria descoberta - de descobrir exclusivamente pela competição. Esta missão, entretanto, será quase impossível sem recuperar o controle sobre a ‘infraestrutura de *feedback*’. A contradição entre formas colaborativas de descoberta de conhecimento e a propriedade privada dos meios de produção digital já está se tornando aparente nos processos de ‘produção entre pares’ – há muito celebrados por acadêmicos jurídicos liberais – usados na produção de *software* livre ou serviços como a Wikipédia. No atual modelo de propriedade privada do Vale do Silício, é improvável que a infraestrutura de *feedback* seja receptiva a uma transformação democrática radical. A liberdade, como os neoliberais há muito entenderam, deve ser planejada; mas o mesmo deve acontecer com sua ‘ordem espontânea’” (MOROZOV, 2019, pp. 66-67; tradução nossa).

¹¹ “O socialismo é a superação tanto da sociedade natural, espontânea e anárquica quanto da sociedade construída, administrada e hierárquica. O socialismo é uma formação social constituída pela associação heterogênea e pluralista de pessoas livres e emancipadas. Ele se organiza economicamente com base na autogestão, comunitária, consciente e democrática de trabalhadores. Pressupõe, assim, que a complexidade do social se desenvolve como uma totalidade descentrada” (PRADO, 2014, p. 76).

A ideia central do planejamento automático é empregar um catálogo geral – uma plataforma eletrônica semelhante àquela empregada pela Amazon, mas também por variados centros de comércio eletrônico como o Mercado Livre – em que as empresas, organizadas na forma de comuns e dirigidas por conselhos de trabalhadores, oferecem os seus produtos livremente. Esse catálogo é acessado pelos consumidores em geral, sejam eles intermediários ou finais, com a finalidade de escolher empresas, indicando para elas as suas aquisições planejadas para o futuro próximo ou distante, assim como para fazer aquisições imediatas de bens e serviços. Para registrar as suas demandas, os demandantes empregam um cartão de identificação único (ou seja, semelhante ao CPF do Brasil). O custo de qualquer aquisição imediata é sempre mais alto do que aquele da aquisição planejada; a desistência de uma compra também pode ter um pequeno custo. Note-se que esse sistema, em princípio, elimina o trabalho assalariado. Em consequência, suprime também a relação de capital. Busca, assim, inverter a relação entre valor e valor de uso; ao contrário do que acontece no capitalismo, o valor – agora medido explicitamente – passa a se subordinar aos valores de uso, às necessidades das pessoas. No entanto, é evidente que o método de coordenação por meio de sítios de compra, venda e planejamento econômico também requer um sistema de preços-trabalho. Ele próprio, ademais, constitui-se, sim, como uma forma branda de concorrência. No entanto, os agentes econômicos não são guiados nesse sistema pelo lucro, mas apenas pela necessidade de ofertar valores de uso para outros em troca da possibilidade de adquirir, depois, valores de uso outros de outros. Os conselhos de trabalhadores decidem sobre os preços a serem cobrados pelos produtos que vendem, mas como não são entidades guiadas pelo lucro, a compensação que recebem não está ligada à lucratividade. O critério principal na fixação dos preços é eliminar os estoques antes que o próximo ciclo de produção tenha início. (PRADO, 2019, p. 5)

Segue afirmando:

Não existe nesse sistema socialista, portanto, dinheiro propriamente dito – aquele ente misterioso que opera nos circuitos $D - M - D'$ ou $D - D'$, mas sim “senhas” ou “bilhetes” que funcionam como unidade de conta, meio de transação e reserva de valor temporária, os quais servem ao propósito de melhor atender às necessidades das pessoas e da sociedade como um todo.

Será necessário, no entanto, criar também um subsistema capaz de reunir fundos expressivos para investir em projetos de grande porte. Em suma, um sistema socialista como este – aqui apresentado apenas em grandes traços – constitui-se também como uma forma de coordenação social e um procedimento descentralizado de descoberta. É evidente que poderá ser bem superior aos mercados realmente existentes na realização efetiva dessas duas funcionalidades. Em particular, é preciso ver que elimina a prática de manter segredos industriais e comerciais, as manipulações dos consumidores feitas pelos ofertantes capitalistas, a monopolização dos mercados, a obsolescência planejada etc., que abundam cada vez mais no capitalismo contemporâneo. Sendo bem pensado, ele poderá resolver também o problema da sustentabilidade da sociedade humana na face da Terra, pois poderá levar em conta os imperativos ecológicos. Ademais, esse tipo de economia engendrará uma repartição da renda muito menos desigual em relação ao que ocorre hoje e é quase inevitável sob o capitalismo. (*ibidem*, p. 6)

2.2. Pós-capitalismo

No que tange à segunda abordagem, merece apreciação a obra de Paul Mason (2017 [2015]), *Pós-capitalismo: um guia para o nosso futuro*. O diagnóstico interpelado pelo autor é bastante intrigante: estamos em condições de avançarmos em direção ao pós-capitalismo.¹² Em sua avaliação, a esquerda, ao longo do século XX, apostou em uma estratégia de superação do capitalismo que fracassou: o mercado aniquilou seus planos, o individualismo suplantou o coletivismo e a solidariedade, e a força de trabalho expandida não se comporta mais como antes. Este projeto entrou em colapso, mas não significa o fim das utopias, pois existe uma forma de perseverar para a superação do capitalismo: *as mudanças propiciadas pelas novas tecnologias da informação implicam novas maneiras de trabalhar e uma nova economia compartilhada*.

¹² “O objetivo deste livro é explicar por que substituir o capitalismo não é mais um sonho utópico, além de esclarecer como as formas básicas de uma economia pós-capitalista podem ser encontradas no interior do sistema vigente e de que modo é possível expandi-las rapidamente.” (MASON, 2017, p. 12).

O capitalismo não será derrotado por estratégias de “marcha forçada”, mas, sobretudo, pelo fato de que algo muito mais dinâmico e fundamental – já em curso – irá remodelar paulatinamente a economia em torno de novos valores e comportamentos. Ou seja, o pós-capitalismo surgirá em função da aceleração de tendências inscritas no próprio capitalismo, coadunadas por choques externos e pela projeção de um novo tipo de ser humano.

Aqui reside o papel-chave das novas tecnologias, pois elas permitiram o advento de três principais transformações: (i) reduziu a necessidade de trabalho e diluiu as linhas entre trabalho e tempo livre, afrouxando a relação entre trabalho e salário; (ii) erodiu a capacidade do mercado de formar preços de modo correto: os monopólios aparecem enquanto mecanismo de defesa do sistema, que, certamente, entrará em conflito com a necessidade da humanidade de usar ideias livremente e (iii) aumentou significativamente o caráter espontâneo da produção colaborativa de bens, serviços, organizações e instituições, fomentando o enfrentamento aos ditames do mercado e à sua hierarquia funcional.

Em suma, existe forte apreço por parte de todos em termos de dispor de *mais tempo livre, de atividades em rede e de coisas gratuitas*: novas formas de propriedade, novas formas de empréstimos, novas formas de contratos legais, novos modelos de negócios, novos produtos de informação (caso expressivo da *Wikipédia* – plataforma mundial gratuita produzida por voluntários) estão despontando no horizonte. São a partir destes exemplos que o autor estabelece uma rota de saída para o capitalismo: medidas micro podem e devem ser projetadas, contando com a atuação crucial do Estado e com as mudanças em nosso pensamento sobre tecnologia, trabalho e propriedade.

No entanto, o que obstaculiza esta tendência reside na lógica capitalista de se apropriar das novas tecnologias visando atender exclusivamente aos seus objetivos mercantis: o sistema bancário, o sistema de planejamento e a cultura neoliberal ainda sustentam o direcionamento da inovação à geração de empregos de baixo valor e de longas horas de trabalho. Além disso,

seguindo a orientação da teoria dos ciclos longos de Kondratieff, acredita que o esperado “quinto avanço tecnológico”¹³ para o capitalismo não prosperou e o elemento central para que isso não esteja acontecendo deriva da natureza específica da tecnologia da informação.

As novas tecnologias da informação trazem consigo novos objetos, novos processos, novos conteúdos, cujo conhecimento figura na condição de um “bem” muito mais valioso do que as coisas físicas usadas para se produzir. Porém, esta grande valia carece, por natureza, de uma medição efetiva: o máximo que ocorre é a utilização de parâmetros utilitários e funcionais. Se tomado o conhecimento como valor de troca ou ativo e se analisado que a informação é abundante, facilmente replicável, e apresenta forte tendência de mecanismos de preços próximos de zero, dados seus custos de produção e reprodução mínimos (máquinas que “duram para sempre” e não custam nada), tudo levaria a economia a uma contradição entre a *escassez convencional e a abundância absoluta dos novos tempos*: a força do dinamismo atual se dá a partir da informação, um bem abundante e que “quer ser livre”.

Esta seria então a contradição fundamental no “infocapitalismo”: de um lado, o mundo da informação e da vigilância monopolizado por empresas e

¹³ “O capitalismo industrial atravessou quatro longos ciclos, levando a um quinto cuja decolagem foi retardada: 1. De 1790 a 1848: O primeiro ciclo longo é discernível nos dados ingleses, franceses e norte-americanos. O sistema fabril, maquinário movido a vapor e canais são a base do novo paradigma. O ponto de inflexão é a depressão no final da década de 1820. A crise revolucionária de 1848-51 na Europa – espelhada pela Guerra Mexicana e pelo Compromisso do Missouri nos Estados Unidos – forma um claro sinal de pontuação. 2. De 1848 a meados dos anos 1890: O segundo ciclo longo é tangível de ponta a ponta do mundo desenvolvido e, em seu final, da economia global. Estradas de ferro, telégrafo, navios a vapor, moedas estáveis e maquinário produzido por máquinas estabelecem o paradigma. A onda chega ao pico em meados da década de 1870, com a crise financeira nos Estados Unidos e na Europa levando à Longa Depressão (1873-96). Durante os anos 1880 e 1890, novas tecnologias são desenvolvidas em resposta a crises econômicas e sociais, juntando-se no início do terceiro ciclo. 3. De 1890 a 1945: No terceiro ciclo a indústria pesada, a engenharia elétrica, o telefone, a administração científica e a produção em massa são as tecnologias-chave. A ruptura ocorre no final da Primeira Guerra Mundial; a Depressão dos anos 1930, seguida pela destruição de capital durante a Segunda Guerra Mundial, arremata o movimento descendente. 4. Final dos anos 1940 a 2008: No quarto ciclo os transistores, os materiais sintéticos, os bens de consumo de massa, a automação fabril, o poder nuclear e o cálculo automático criam o paradigma – produzindo o mais longo boom de toda a história. O pico não poderia ser mais claro: o choque do petróleo de outubro de 1973, depois do qual tem lugar um longo período de instabilidade, mas não uma grande depressão. 5. No final dos anos 1990, sobrepondo-se ao final da onda anterior, aparecem os elementos básicos do quinto ciclo longo. Ele é impulsionado pela tecnologia de rede, comunicações móveis, um mercado verdadeiramente global e bens de informação. Mas ele empacou – e a razão tem algo a ver com o neoliberalismo e com a tecnologia em si” (MASON, 2017, pp. 90-91).

governos e, de outro lado, a informação operando cada vez mais como bem social, livre, incapaz de ser precificada e de se manter explorada e apropriada privadamente.¹⁴ Tal tendência obriga a esquerda a sugerir um caminho diferente de superação da ordem social: o novo centro da luta política rumo ao pós-capitalismo é a *produção colaborativa*, através do uso da tecnologia de rede – para produzir bens e serviços gratuitos e compartilhados. Por essa razão, caberia nos empenharmos na construção do que chama de “Projeto Zero”: um sistema de zero energia baseada no carbono; zero custo marginal de produção de máquinas, produtos e serviços e de redução do tempo de trabalho necessário o mais próximo possível de zero.

Nesta transição, a força produtiva do conhecimento alinhada ao funcionamento das redes se tornam as premissas para um sistema não mercadológico que se replica incessantemente, da mesma forma que o novo agente de mudança na história passa a se localizar no ser humano educado e conectado¹⁵ e o equivalente da nova fonte de riqueza livre são as “externalidades” – o material gratuito e o bem-estar gerado pela interação em rede. Além dos elementos “internos”, existem também os eminentes “choques externos”: o esgotamento de energia, as alterações climáticas, o envelhecimento da população e a migração.

¹⁴ “Eis, em resumo, o argumento deste livro: o *capitalismo é um sistema complexo, adaptativo, que alcançou os limites de sua capacidade de adaptação*. [...] Como pretendo demonstrar, sua tendência espontânea é a de dissolver mercados, destruir propriedade e romper a relação entre trabalho e salários. E esse é o terreno profundo da crise que estamos atravessando” (MASON, 2017, p. 16; grifos do autor). Nesta passagem explicita: “A principal contradição hoje é entre a possibilidade de criar bens e informações livres e um sistema de monopólios, bancos e governos tentando manter as coisas privadas, escassas e comerciais. Tudo se resume à refrega entre rede e hierarquia, entre velhas formas de sociedade moldadas em torno do capitalismo e novas formas de sociedade que prefiguram o que vem em seguida” (*ibidem*, p. 23).

¹⁵ “Nos últimos vinte anos, o capitalismo formou uma nova força social que será sua coveira, assim como tinha formado o proletariado industrial no século XIX. São os indivíduos conectados em rede que têm acampado nas praças das metrópoles, obstruído postos de perfuração petrolífera, tocado punk rock nos telhados de catedrais russas, brandido desafiantes latas de cerveja na cara do islamismo no gramado do parque Gezi, levado 1 milhão de pessoas para as ruas do Rio e de São Paulo e que agora organizam greves em massa pelo sul da China. Eles são a classe trabalhadora “contradita” — aprimorada e substituída. Podem não ter a mínima noção de estratégia, a exemplo dos operários do início do século XIX, mas já não são mais submissos ao sistema: estão enormemente insatisfeitos com ele. São um grupo cujos interesses diversos convergem para a necessidade de fazer o pós-capitalismo acontecer, de forçar a revolução infotecnológica a criar uma nova espécie de economia, na qual tanto quanto possível o que se produz é grátis, para uso colaborativo comum, revertendo a maré da desigualdade” (MASON, 2017, p. 313).

Tomados em conjunto, devemos pensar a transição como um *projeto*¹⁶, cujo objetivo deve ser o de expandir as tecnologias, modelos de negócios e comportamentos que dissolvem as forças de mercado, socializam o conhecimento e eliminam a necessidade de trabalhar, empurrando a economia para a abundância. Logo, trata-se da construção de medidas que implicam a *reorientação das tendências centrais encontradas dentro do próprio capitalismo*, sendo fundamental o uso do poder governamental junto ao direcionamento de todas as ações para a transição.

Finalmente, cabe destacar ainda o poder da imaginação: o expediente realizado no estágio de *design* pode reduzir os erros no estágio de implementação do projeto. A capacidade de modulação permite que pessoas diferentes possam trabalhar em locais diferentes, em velocidades diferentes, com relativa autonomia uma da outra. Tudo se passaria como se existisse um modelo de código aberto de toda a economia, onde todo experimento realizado fosse enriquecedor.

2.3. Socialismo autogestionário

A terceira abordagem se depreende das contribuições do intelectual e militante socialista brasileiro Paul Singer. A partir de uma síntese mais

¹⁶ O “Projeto Zero” estabelece, ademais, cinco preceitos: entender as limitações da força de vontade humana em face de um sistema complexo e frágil; delinear a transição enquanto sustentabilidade ecológica; insistir na ideia de que a transição ultrapassa a economia, sendo, sobretudo, uma transição humana; atacar o problema a partir de todos os ângulos e maximizar o poder da informação. Prescreve, ainda, o alcance de metas mais elevadas, tais como: a redução das emissões de carbono; a estabilização do sistema financeiro; o proporcionamento de altos níveis de prosperidade material e bem-estar à maioria das pessoas e o direcionamento da tecnologia para a redução do trabalho necessário. Cf. Mason (2017). Os passos a serem adotados, resumidamente, indicam a seguinte trajetória: moldar primeiro e agir depois (utilizar-se da computação de altíssimo desempenho para simular previsões confiáveis); Wiki-Estado (atuação do Estado para suprimir as forças de mercado e coordenar e planejar a infraestrutura de modo democrático); expandir o trabalho colaborativo; suprimir ou socializar os monopólios; eliminar as forças de mercado; socializar o sistema financeiro; pagar uma renda básica a cada indivíduo e, finalmente, libertar as pessoas a partir da redução drástica do trabalho necessário, das hierarquias e do trabalho colaborativo, sustentável e enriquecedor. Cf. Mason (*ibidem*). “Estamos num momento de possibilidade: de uma transição controlada para além do mercado livre, para além do carbono, para além do trabalho compulsório” (*ibidem*, p. 415).

concisa, apoiamo-nos, principalmente, em sua obra *Uma utopia militante: repensando o socialismo* (1998), em alguns lampejos de *Oito hipóteses sobre a implantação do socialismo via autogestão* (1999) e em seu artigo *Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário* (2004). Na obra de 1998, assim assevera sua posição:

Este livro surgiu da preocupação de reconceituar a revolução social socialista e de reavaliar suas perspectivas e possibilidades, face às vicissitudes do capitalismo e do movimento operário nos anos finais do século e do milênio. [...] O fracasso do “socialismo realmente existente” revelou que o socialismo sem aspas terá de ser construído pela livre iniciativa dos trabalhadores em competição e contraposição ao modo de produção capitalista *dentro da mesma formação social*. A essência do socialismo, enquanto modo de produção, é a organização democrática de produção e consumo, em que produtores e consumidores livremente associados repartem de maneira igualitária os ônus e os ganhos do trabalho e da inversão, os deveres e direitos enquanto membros de cooperativas de produção e/ou de consumo ou o nome que venham a ter estas organizações. (SINGER, 1998, p. 4; grifos do autor)

Como podemos observar, esta posição encontra forte respaldo na leitura que o autor faz da obra de Rosa Luxemburgo em, pelo menos, três aspectos fundamentais: (i) a ideia de “democracia de massas”; (ii) a dinâmica da revolução de “baixo para cima” e (iii) o conceito de “coexistência de modos de produção”¹⁷. A conjunção destes aspectos constitui o pilar de sustentação teórica de Singer, condizente com a sua formulação em termos de pensar a economia solidária/socialismo autogestionário como processo

¹⁷ No livro de entrevistas sobre Rosa Luxemburgo, *Socialismo ou barbárie: Rosa Luxemburgo no Brasil*, organizado por Loureiro (2008), Paul Singer revela muitas passagens esclarecedoras sobre a influência teórica e sobre sua leitura da obra de Rosa, das quais se verifica, em grande medida, a ligação entre os três aspectos supracitados.

de transição do capitalismo:¹⁸ o *cooperativismo* assume a forma elementar necessária à revolução social socialista, isto é, o cooperativismo significa a *práxis* histórica da classe trabalhadora, desde os primórdios da revolução social capitalista até os dias de hoje, capaz de promover a revolução social socialista através de seu fortalecimento e de sua interação com as demais esferas da realidade a ponto de envolver a totalidade da vida social e criar as condições suficientes, especialmente por meio da radicalização democrática, para que os *meios de produção sejam coletivizados e autogestionados pelos próprios trabalhadores em caráter associativo e solidário*.¹⁹

Logo, o cooperativismo não constitui apenas uma “alternativa” frente à globalização e ao neoliberalismo – e ao consequente desemprego estrutural,

¹⁸ “[...] a mudança se dá, ao meu ver, não por lutas. Digamos, eu desisti da ideia de que é preciso acabar com o capitalismo, eu acho que não dá para acabar com o capitalismo, a não ser quando ninguém mais estiver interessado em desempenhar o papel de patrão e ninguém mais quiser ser assalariado. O que hoje e no futuro próximo – o único que conseguimos vislumbrar – podemos enxergar é que vai ainda levar muito tempo até que ninguém mais se interesse pelo capitalismo. [...] Quer dizer, não estou achando, como Rosa formulou há muitos anos atrás, em outras circunstâncias históricas, que a alternativa é ou acabar com o capitalismo ou cair na barbárie. Eu acho que o que nós temos, e volto a ser otimista, é a possibilidade de construir um capitalismo democrático, que é uma conquista operária e, nesse espaço, avançar para um socialismo autogestionário. [...] Eu acho que a mercadoria em si não tem problema nenhum. Se você tiver um mercado que é ativamente corrigido para não polarizar riqueza e pobreza, que é o que ele polariza; se você nada fizer, o mercado divide a sociedade em alguns poucos ricos e uma maioria pobre – o que Marx mostrou brilhantemente. Mas a experiência do século XX também mostra que intervenções redistributivas do Estado podem eliminar isso em quase 100%. Você tem países inteiros em que não há pobres; os pobres são minorias, doentes, circunstâncias muito especiais. Eu vejo que o capitalismo vai acabar quando chegarmos a uma situação em que qualquer pessoa que não queira trabalhar para os capitalistas tenha acesso a meios de produção. Aí os poucos que ainda vão querer fazer isso, têm que deixar fazer porque é um direito deles” (SINGER *In*: LOUREIRO, 2008, pp. 31-32).

¹⁹ Na apresentação de *Oito hipóteses sobre a implantação do socialismo via autogestão (1999)*, assim destaca suas hipóteses: (i) o projeto socialista não se limita à economia; (ii) a história nos oferece uma série de experimentos que deram certo; (iii) os casos em que a autogestão teve mais êxito do ponto de vista econômico são aqueles em que se formou uma forte, embora pequena, economia autossustentável; (iv) a autogestão deve ser implantada pela formação de comunidades inicialmente isoladas; (v) o desenvolvimento da autogestão não pode se dar “de cima para baixo”; (vi) o desenvolvimento da autogestão equivale à transição ao socialismo no terreno da produção e da distribuição; (vii) o desenvolvimento da autogestão como modo de produção alternativo e competidor no seio do capitalismo não estará desligado das demais lutas dos trabalhadores e (viii) com a Terceira Revolução Industrial, há nas empresas capitalistas mais progressistas uma redução das hierarquias, uma redução do autoritarismo capitalista na própria empresa e um aumento da responsabilidade e autonomia dos trabalhadores de linha. Esta passagem é reveladora: “A terceira revolução industrial está levando a uma redução do autoritarismo capitalista e aumento das responsabilidades. Se for verdade que as novas forças produtivas desenvolvidas na revolução microeletrônica exigem maior participação e democracia nas empresas, a predição de Marx de que o socialismo se imporá por exigência do desenvolvimento das forças produtivas será então realidade” (SINGER, 1999, p. 31).

mas, sobretudo, representa uma *alternativa anticapitalista* à altura de permitir a transição do capitalismo ao socialismo autogestionário. Estabelecer a revolução social socialista na atualidade implica, então, a construção política da economia solidária, na condição de um conjunto de experimentos práticos da classe trabalhadora de organização coletiva sustentada por princípios de autonomia, controle e apropriação dos meios de produção. Estas ações expressam modos de produção associativos, marcados pelo caráter anticapitalista e pelo desenvolvimento humano sustentável, que estão localizados dentro do próprio modo de produção capitalista e, no entanto, rivalizam com ele.

Nesse sentido, a aposta fundamental recai na capacidade suficiente e necessária destes “implantes socialistas” promoverem “uma verdadeira revolução cultural”, afirmando a centralidade do trabalho coletivo como fundamento do processo de socialização, a partir do controle dos meios de produção realizado pelos trabalhadores associados, operando de forma autogestionária (sujeitos coletivos do trabalho). Fica explícito, portanto, que a economia solidária/socialismo autogestionário corresponde à possibilidade de emergência de um novo (ou novos) modo(s) de produção, cujo desenvolvimento se distinguiria radicalmente daquele vigorado no capitalismo.

Trata-se, em síntese, da revitalização do projeto de Owen,²⁰ aliado à noção luxemburguista da coexistência de modos de produção e da radicalização democrática “dos de baixo”, circunscrito à concepção *apropriacionista* das forças produtivas erigidas pelo modo de produção capitalista. Em suas palavras:

A economia solidária surgiu historicamente como reação contra as injustiças perpetradas pelos que impulsionam o desenvolvimento capitalista. Foi assim desde a primeira revolução industrial e continua sendo hoje, quando o mundo passa pela terceira. A economia solidária não

²⁰ “Na Inglaterra do alvorecer do século XIX este projeto foi formulado principalmente por Owen: uma sociedade formada por comunidades autônomas em que os resultados do trabalho coletivo são repartidos de forma equitativa, tendo por critério o tempo de trabalho socialmente necessário gasto na produção de cada bem ou serviço” (SINGER, 1998, p. 48).

pretende opor-se ao desenvolvimento, que mesmo sendo capitalista, faz a humanidade progredir. O seu propósito é tornar o desenvolvimento mais justo, repartindo seus benefícios e prejuízos de forma mais igual e menos casual. O desenvolvimento solidário apoia-se sobre os mesmos avanços do conhecimento, e sua aplicação aos empreendimentos humanos, que o desenvolvimento capitalista. Mas o desenvolvimento solidário propõe um uso bem distinto das forças produtivas assim alcançadas: essas forças deveriam ser postas à disposição de todos os produtores do mundo, de modo que nenhum país, região ou localidade seja excluído de sua utilização, e portanto, dos benefícios que venham a proporcionar. Para tanto, o novo conhecimento não deveria ser propriedade privada, protegida por patentes, mas deveria ser livremente disponível para todos. (Esta proposição já se tornou concreta em relação ao *software* indispensável à utilização da Internet: o movimento pelo “*software* livre” desenvolveu o sistema Linux, que representa hoje desafio formidável ao *monopólio do software*, explorado pela Microsoft). Isso requereria que o trabalho de P&D fosse pago por fundos públicos (como de fato já é, em boa parte) ou então que a P&D continue sendo feita para empresas privadas, mas seus resultados sejam socializados mediante o pagamento de um prêmio adequado aos que contribuíram desta forma para o avanço do conhecimento. Entretanto, além da liberação do conhecimento para sua livre aplicação por todos, a economia solidária propõe outra organização da produção, à base da propriedade social dos meios de produção. Isso não quer dizer a estatização desta propriedade, mas a sua repartição entre todos os que participam da produção social. (SINGER, 2004, pp. 11-12; grifos do autor)

Segue afirmando:

O desenvolvimento solidário não propõe a abolição dos mercados, que devem continuar a funcionar, mas sim a sujeição dos mesmos a normas e controles, para que ninguém seja excluído da economia contra a sua vontade. Isso significa que a atividade econômica deverá ser realizada por empresas, constituídas ou por uma só pessoa, por membros de uma família ou por diversas pessoas que se associam para desenvolver atividades produtivas. As pessoas devem ser livres para constituir empresas e dissolvê-las, entrar para alguma e deixá-la quando for de seu desejo ou do desejo da maioria dos outros sócios. Em princípio, dentro da empresa, não importa

o seu tamanho, *todos os que dela fazem parte devem ter os mesmos direitos de participar das decisões que afetam a empresa e, portanto, a cada um deles.* Dessa forma, a economia solidária propõe abolir o capitalismo e a divisão de classes que lhe é inerente. A economia solidária é atualmente concebida como uma economia de mercado, em que os cidadãos participam livremente, cooperando e competindo entre si, de acordo com os seus interesses e os contratos que celebram. Mas a sociedade como um todo tem por dever tomar medidas para evitar que o jogo das forças de mercado crie ganhadores e perdedores, cuja situação seja reiterada ao longo do tempo. Mesmo que as condições de partida sejam iguais para todos os participantes, o jogo do mercado inevitavelmente produz ganhadores, que enriquecem, e perdedores, que empobrecem. Se a desigualdade assim criada não for desfeita, a divisão da sociedade em classes e o próprio capitalismo acabariam sendo restaurados. Cabe ao Estado, como representante democrático da sociedade, defendê-la contra sua divisão entre ricos e pobres, poderosos e fracos. Para isso, o Estado já dispõe de instrumentos, dos quais os mais importantes são os impostos sobre a renda e a propriedade e a transferência de recursos públicos aos carentes. O Estado solidário tem por missão tributar os ganhadores e subvencionar os perdedores para que a desigualdade entre eles não se perpetue, e isso sem destruir os incentivos para que os produtores se esforcem em oferecer aos compradores a melhor qualidade e quantidade pelo melhor preço. (*idem ibidem*; grifos do autor)

2.4. Ecosocialismo

A quarta abordagem decorre da ideia do ecosocialismo, condensada principalmente pelo intelectual e militante marxista Michael Löwy, o qual acabou sintetizando e reformulando o conceito de ecosocialismo de maneira radical. O ecosocialismo se apresenta enquanto elemento fundamental em seu projeto de apreensão do que chama de “marxismo crítico”: uma tentativa de atualização do marxismo em face das transformações ocorridas no capitalismo contemporâneo.²¹

²¹ Löwy expressa claramente seus matizes intelectuais no texto “Por um marxismo crítico” (2000). Em sua visão, o marxismo estabelece a crítica radical das bases da civilização moderna capitalista. Temos assim, em torno desta unidade, suas influências do pessimismo sociológico weberiano, da crítica do progresso em Benjamin, do anticapitalismo romântico e, mais recentemente, da perspectiva ecosocialista.

Em outras palavras, o ecossocialismo representa um aspecto crucial para a necessária renovação radical e anticapitalista que se contrapõe às ideologias do progresso e da modernização: a década de 1970 erigiu o despertar da “consciência ecológica”, mas esta consciência precisa ser admitida em termos radicais e anticapitalistas.

Para proceder com esta discussão, Löwy publica uma série de artigos e alguns livros, sendo as principais obras: *Ecologia e socialismo* (2005); *Ecossocialismo: La alternativa radical a la catástrofe ecológica capitalista* (2011) e *O que é ecossocialismo?* (2014). Por se tratar de textos que muitas vezes replicam ou, simplesmente, aprofundam os argumentos adotados desde sua obra inicial, iremos nos apoiar em seu próprio artigo “Ecossocialismo e planejamento democrático” (2009 [2007]), cujo expediente se guia justamente no esforço de síntese promovido pelo autor. Na obra de 2005, assim define o ecossocialismo:

Trata-se de uma corrente de pensamento e de ação ecológica que faz suas aquisições fundamentais do marxismo – ao mesmo tempo em que o livra das suas escórias produtivistas. Para os ecossocialistas, as lógicas do mercado e do lucro – assim como a do autoritarismo burocrático de ferro do socialismo real – são incompatíveis com as exigências de preservação do meio ambiente natural. (LÖWY, 2005, p. 47)

Tal conceituação será mantida ao longo de toda sua produção intelectual. No artigo de 2009, esclarece-nos sobre o objetivo do ecossocialismo.

O ecossocialismo tem como objetivo fornecer uma alternativa de civilização radical àquilo que Marx chamava de “o progresso destrutivo” do capitalismo. É uma escolha que propõe uma política econômica visando às necessidades sociais e ao equilíbrio ecológico e, portanto, fundada em critérios não-monetários e extra-econômicos. (LÖWY, 2009, pp. 35-36).

O ecossocialismo, portanto, deriva da *síntese dialética* envolvendo os questionamentos proclamados pelos ecologistas e pelas correntes marxistas da crítica à economia política.

Os argumentos essenciais que o sustentam têm suas origens no movimento ecológico, assim como na crítica marxista à economia política. Essa síntese dialética – vislumbrada por um grande espectro de autores, de André Gorz a Elmar Altvater, James O'Connor, Joel Kovel e John Bellamy Foster – é ao mesmo tempo uma crítica à “ecologia de mercado” que se adapta ao sistema capitalista e ao “socialismo produtivista” que fica indiferente à questão dos limites da natureza. Segundo O'Connor, a meta do socialismo ecológico é uma nova sociedade fundada na racionalidade ecológica, no controle democrático, na igualdade social e na supremacia do valor de uso sobre o valor de troca. Eu adicionaria as condições seguintes a fim de alcançar esses objetivos: a) a propriedade coletiva dos meios de produção (o termo “coletivo” aqui significa propriedade pública, comunitária ou cooperativa), b) um planejamento democrático que possa permitir à sociedade a possibilidade de definir seus objetivos no que concerne ao investimento e à produção e c) uma nova estrutura tecnológica das forças produtivas. Colocando de outra forma, uma transformação revolucionária em nível social e econômico. (*ibidem*, p. 36)

Cabe, então, averiguar a insuficiência das abordagens da ecologia política, bem como das tendências dominantes na esquerda no século XX.

Segundo os ecossocialistas, o problema das principais correntes da ecologia política, cujos representantes são os partidos verdes, é que estas não parecem levar em consideração a contradição intrínseca que existe entre a dinâmica capitalista – fundada sobre a expansão ilimitada do capital e a acumulação dos lucros – e a preservação do meio ambiente. O resultado disso é uma crítica ao produtivismo, muitas vezes pertinente, mas que não vai muito além das reformas ecológicas derivadas da “economia de mercado”. Consequentemente, os governos de centro-esquerda privilegiam as políticas socioliberais e se justificam, em matéria de ecologia, graças aos partidos verdes. Por outro lado, o problema das tendências dominantes da esquerda durante o século XX – a social-democracia e o movimento comunista de inspiração soviética – é que estas aceitavam o modelo de produção existente. Enquanto a primeira se limitava a uma versão reformada – no melhor dos casos keynesiana – do sistema capitalista, o segundo desenvolvia uma forma de produtivismo autoritária e coletivista – ou capitalismo de Estado. Nos dois casos os investimentos ambientais eram negligenciados ou, no

mínimo, marginalizados. (*idem ibidem*).

No tocante às elaborações da esquerda, Löwy (2009) acredita que isso é fruto da leitura *equivocada* – porém possível – das gerações marxistas em torno da problemática da “*neutralidade*” das forças produtivas engendradas pelo capitalismo, propugnada pela defesa da estratégia de socialização das forças produtivas por meio da revolução social.

Marx e Engels, eles próprios, tinham consciência das consequências destrutivas do modo de produção capitalista sobre o meio ambiente, como indicam diversos trechos de *O capital*. E ainda estimavam que o objetivo do socialismo não era produzir cada vez mais bens, mas sim dar aos seres humanos o tempo livre para que pudessem desenvolver plenamente seu potencial. Nesse sentido, pouco compartilham da ideia de “produtivismo”, isto é, da ideia de que a expansão ilimitada da produção é um fim em si mesmo. No entanto, alguns de seus escritos, nos quais a questão consiste na capacidade de o socialismo permitir o desenvolvimento das forças produtivas para além dos limites impostos pelo sistema capitalista, sugerem que a transformação socialista não concerne apenas às relações capitalistas de produção, as quais se teriam tornado um obstáculo (o termo empregado mais frequentemente é “amarras”) ao livre desenvolvimento das forças produtivas. “Socialismo” queria dizer, sobretudo, apropriação social dessas capacidades produtivas, colocando-as a serviço dos trabalhadores. Eis aqui, por exemplo, uma passagem do *Anti-Dühring* de Friedrich Engels, um texto “canônico” para um grande número de gerações marxistas: sob o regime socialista “a sociedade toma posse abertamente e sem rodeios das forças produtivas que se tornaram grandes demais” no sistema existente. O caso da União Soviética ilustra os problemas que decorrem de uma apropriação coletivista do aparelho produtivo capitalista. A tese da socialização das forças produtivas existentes predominou desde o começo.²² (*ibidem*, p. 37)

²² Segue nos dizendo: “Certamente, o movimento ecológico pôde se desenvolver durante os primeiros anos que se sucederam à Revolução Socialista de Outubro e o governo soviético adotou algumas medidas limitadas de proteção ambiental, mas com o processo de burocratização stalinista, a aplicação dos métodos produtivistas, tanto na agricultura quanto na indústria, foi imposta por meios totalitários, enquanto os ecologistas eram marginalizados ou eliminados. A catástrofe de Chernobyl é o exemplo final das consequências desastrosas da imitação das tecnologias ocidentais de produção. Se a mudança das formas de propriedade não for seguida por uma gestão democrática e uma reorganização ecológica do sistema de produção, tudo isso levará a um impasse” (LÖWY, 2009, p. 37).

Entretanto, as primeiras contraposições à ideologia do progresso não tardaram a surgir: ressalta-se o pioneirismo de Walter Benjamim, na década de 1930. Mas será a partir da década de 1970 que o ecossocialismo começa a se impor e, para Löwy, esse ímpeto carece de uma formulação mais radical. Em suas palavras:

Os ecossocialistas deviam se inspirar nas observações feitas por Marx a respeito da Comuna de Paris: os trabalhadores não podem tomar posse do aparelho capitalista de Estado e colocá-lo a seu serviço. Eles devem demolir-lo e substituí-lo por uma forma de poder político radicalmente diferente, democrático e não estático. A mesma ideia se aplica, *mutatis mutandis*, ao aparelho produtivo que, longe de ser “neutro”, traz em sua estrutura a marca de um desenvolvimento que favorece a acumulação do capital e a expansão ilimitada do mercado, o que o coloca em contradição com a necessidade de proteger o meio ambiente e a saúde da população. É por isso que devemos levar a cabo uma “revolução” do aparelho produtivo no panorama de um processo de transformação radical. O grande valor dos avanços científicos e tecnológicos da era moderna é incontestável, mas o sistema produtivo deve ser transformado em seu conjunto e isso só é possível graças a procedimentos ecossocialistas, isto é, graças à criação de um planejamento democrático da economia que leve em conta a preservação dos equilíbrios ecológicos. O que pode desencadear a supressão de alguns ramos de produção como as centrais nucleares, algumas técnicas de pesca intensiva e industrial (responsáveis pela quase extinção de numerosas espécies marinhas), o desmatamento das áreas de floresta tropical etc. A lista é muito longa.²³ (*ibidem*, p. 38)

²³ Sobre a prioridade da renovação energética, nos diz: “[...] a prioridade continua sendo a revolução do sistema energético que devia conduzir à substituição das fontes atuais (sobretudo a energia fóssil), responsáveis pela mudança climática e pelo envenenamento do meio ambiente, por fontes energéticas renováveis: a água, o vento, o sol. A questão da energia é capital já que a energia fóssil é responsável pela maior parte da poluição do planeta e pelo desastre que representa o aquecimento global. A energia nuclear é uma falsa alternativa, não só em razão do risco de novos Chernobyl, mas também porque ninguém sabe o que fazer com os milhares de toneladas de resíduos radioativos – e com grande quantidade de centrais poluídas que se tornaram inúteis. Negligenciada desde sempre pelas sociedades capitalistas (por sua falta de ‘rentabilidade’ ou de ‘competitividade’), a energia solar deve se tornar objeto de pesquisas e de desenvolvimento de ponta. Deve ter um papel central na construção de um sistema energético alternativo” (LÖWY, 2009, p. 38).

Sua aposta no ecossocialismo²⁴ se sustenta na condição de se pensar uma transição do capitalismo, envolvendo tensões e contradições de grande vulto. Conforme nos diz:

[...] a passagem do “progresso destrutivo” do sistema capitalista ao socialismo é um processo histórico, uma transformação revolucionária e constante da sociedade, da cultura e das mentalidades – e a *política* no sentido mais amplo, tal como definida antes, está inegavelmente no coração desse processo. É importante precisar que tal evolução não pode nascer sem uma mudança revolucionária das estruturas sociais e políticas e sem o apoio ativo da grande maioria da população ao programa ecossocialista. A tomada de consciência socialista e ecológica é um processo cujos fatores decisivos são as lutas coletivas das populações que, a partir de confrontos parciais em nível local, progridem em direção à perspectiva de uma mudança radical da sociedade. Essa transição não conduziria somente a um novo modo de produção e a uma sociedade democrática e igualitária, mas também a um *modo de vida* alternativo, uma verdadeira *civilização* ecossocialista para além do império do dinheiro com seus hábitos de consumo artificialmente induzidos pela publicidade e sua produção ilimitada de bens inúteis e/ou prejudiciais ao ambiente. (*ibidem*, p. 45; grifos do autor)

Nesse sentido, a transição assenta-se em algumas medidas indispensáveis para sua concretude: (i) pleno emprego equitativo; (ii) controle público dos meios de produção e (iii) planejamento democrático ecológico.²⁵ O cerne do

²⁴ “A utopia socialista e ecológica é apenas uma *possibilidade objetiva*. Não é o resultado inevitável das contradições do capitalismo nem das ‘leis de ferro da história’. Só se pode prever o futuro sob forma condicional: a lógica capitalista levará a desastres ecológicos dramáticos, ameaçando a saúde e a vida de milhões de seres humanos e até mesmo a sobrevivência da nossa espécie, se não assistirmos a uma mudança radical do paradigma civilizacional e a uma transformação ecossocialista. Sonhar com um socialismo verde ou, ainda, nas palavras de alguns, com um *comunismo solar*, e lutar por esse sonho, não quer dizer que não nos esforcemos para aplicar reformas concretas e urgentes” (LÖWY, 2009, p. 49; grifos do autor).

²⁵ “O gênero de sistema de planejamento democrático considerado neste ensaio concerne às principais escolhas econômicas e não à administração de restaurantes locais, mercearias, padarias, pequenas lojas, empresas artesanais ou de serviços. Da mesma forma é importante sublinhar que o planejamento não está em contradição com a autogestão dos trabalhadores em suas unidades de produção. Já que a decisão de transformar, por exemplo, uma fábrica de carros em unidade de produção de ônibus ou de *tramways* caberia ao conjunto da sociedade, a organização e o funcionamento interno da fábrica seriam geridos democraticamente pelos próprios trabalhadores. Houve um grande debate sobre o caráter ‘centralizado’ ou ‘descentralizado’ do planejamento, mas o importante continua sendo o controle democrático do plano em todos os níveis, local, regional, nacional, continental – e, assim esperamos, planetário, já que os temas da ecologia, como o aquecimento global, são mundiais e só podem ser tratados nesse nível. Esta proposta poderia ser chamada de ‘planejamento democrático global’. E, mesmo nesse nível, trata-se de um planejamento que se opõe àquilo que com frequência é descrito como ‘planejamento central’ porque as decisões econômicas e sociais não são tomadas por um ‘centro’ qualquer, mas determinadas democraticamente pelas populações envolvidas” (LÖWY, 2009, p. 41).

ecossocialismo estaria no planejamento fundado no debate democrático e pluralista²⁶ e na concepção de uma verdadeira transformação qualitativa de desenvolvimento. A partir das reivindicações ecossociais, prementes na ordem do dia nas sociedades capitalistas, poder-se-ia trabalhar em termos da radicalização paulatina em prol de um programa de transição. Assim pontua:

Essas reivindicações ecossociais urgentes podem conduzir a um processo de radicalização com a condição de que não sejam adaptadas às exigências da “competitividade”. Segundo a lógica do que os marxistas chamam de “programa de transição”, cada pequena vitória, cada avanço parcial conduz a uma reivindicação mais importante, a um objetivo mais radical. Essas lutas em torno de questões concretas são importantes não somente porque as vitórias parciais são úteis elas mesmas, mas também porque contribuem para uma tomada de consciência ecológica e socialista. Além disso, essas vitórias favorecem a atividade e a auto-organização a partir de baixo: são duas pré-condições necessárias e decisivas para alcançar uma transformação radical, isto é, revolucionária, do mundo. (LÖWY, 2009, p. 50)

2.5. Socialismo pós-capital

Finalmente, a quinta abordagem elencada nos remete às reflexões críticas de outro intelectual e militante marxista, István Mészáros. A obra mais fundamental em que esta problemática está discutida é *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição* (2002 [1994]), embora em *O poder da ideologia* (2004 [1989]) destaque-se uma importante análise sobre o papel das forças produtivas, especialmente da *tecnociência*, na teoria de Marx e na teoria da transição do próprio Mészáros.

²⁶ “O planejamento socialista deve ser fundado no debate democrático e pluralista, em cada nível de decisão. Organizados sob a forma de partidos, de plataformas ou de qualquer outro movimento político, os delegados dos organismos de planejamento são eleitos e as diversas propostas são apresentadas a todos aqueles a quem elas concernem. Dito de outra forma, a democracia representativa deve ser enriquecida – e melhorada – pela democracia direta que permite às pessoas escolher diretamente – em nível local, nacional e, por último, internacional – entre diferentes propostas” (LÖWY, 2009, p. 42). “[...] para que o planejamento funcione, são necessários corpos executivos e técnicos que possam fazer funcionar as decisões, mas a autoridade deles seria limitada pelo controle permanente e democrático exercido pelos níveis inferiores, onde existe a autogestão dos trabalhadores no processo de administração democrática. Não podemos esperar, é claro, que a maioria da população empregue a integralidade de seu tempo livre na autogestão ou em reuniões participativas” (*ibidem*, p. 43).

A concepção de Mészáros acerca da transição está envolta em sua sustentação do caráter absolutamente *incontrolável e destrutivo* do capital, procurando enaltecer a necessidade histórica de atingirmos uma nova forma de sociedade. Nisso reside o seu objetivo central: a urgência em pensar sobre uma *teoria da transição* em tempos de *crise estrutural do capital*. Para elaborar esta teoria, debruçou-se, inicialmente, de modo crítico (e polêmico), sobre as interpretações clássicas elaboradas pelos teóricos da transição ao socialismo e adotou a perspectiva de que, em Marx, em suas palavras, “já estava colocado, de maneira clara, a premissa do socialismo enquanto *processo mundial*”. No entanto, apesar desta enunciação, Mészáros assevera que Marx não apresenta nenhum desenvolvimento do que seria de fato a nova forma social histórica, o socialismo, e tampouco Lênin, que somente irá voltar-se a isso após a emergência da Revolução de Outubro.

Além do destaque da insuficiência teórica, indica ainda que os instrumentos de luta da esquerda histórica também se mostraram debilitados, expressando nada mais do que as linhas de menor resistência do capital, como observamos com os dois principais modelos de partidos políticos (social-democrata e bolchevique), a despeito das diferenças entre si. Superar estas deficiências implica a necessidade de formulação de uma teoria da transição que esteja relacionada efetivamente com o processo de destituição do próprio controle do capital sobre o sociometabolismo, isto é, faz-se imperioso perseguir uma teoria capaz de desmontar todos os equívocos teóricos e práticos das lutas até então experimentadas, que, em sua avaliação, não conseguiram suplantar a “separação” operada pelo capital entre a esfera da política e a esfera da economia (reprodução material).

Seu ponto é preciso: o alvo da transição é sobrepujar o capital enquanto modo de controle do sociometabolismo, e não apenas uma de suas formas de estruturação, tal como o capitalismo. Ir além do capital significa “reconstituir a unidade da esfera política e reprodutiva material” como elemento

fundamental para o alcance do modo socialista de controle sociometabólico.²⁷ E esta verdadeira ofensiva socialista encontra seu momento decisivo quando entramos na crise estrutural do capital.²⁸ Em sua visão, o modo mais seguro para a ofensiva socialista apostar toda sua radicalidade reside nos meios de ampliação e efetivação da *democracia substantiva*, objetivando a promoção de uma ampla *reestruturação da economia*. Conforme nos diz:

A ofensiva socialista não pode ser levada à sua conclusão positiva, a menos que a política radical tenha êxito em prolongar seu momento, e seja capaz de implementar as políticas requeridas pela magnitude de suas tarefas. O único caminho, entretanto, no qual o momento histórico da política radical pode ser prolongado e estendido – sem, eis o ponto, recorrer a soluções ditatoriais, contra as intenções originais – é fundir o poder de tomada de decisão política com a base social da qual ele foi alienado durante tanto tempo, criando, por esse meio, um novo modo de ação política e uma nova estrutura – determinada genuinamente pela massa – de intercâmbios socioeconômicos e políticos. É por isso que uma “reestruturação da economia” socialista só pode processar-se na mais estreita conjugação com uma reestruturação política, orientada pela massa, como sua necessária pré-condição. (MÉSZÁROS, 2002, p. 1078)

²⁷ “A reconstrução da unidade da esfera política e reprodutiva material é a característica essencial definidora do modo socialista de controle sociometabólico. Não se pode deixar para um futuro distante a criação das mediações necessárias para realização deste objetivo. É aqui que a articulação defensiva e a centralização setorial do movimento socialista durante o século XX demonstram seu verdadeiro anacronismo e inviabilidade. Não se podem esperar bons resultados do confinamento da dimensão abrangente da alternativa radical hegemônica ao modo de controle sociometabólico do capital à esfera política. Entretanto, tal como se colocam hoje as coisas, a incapacidade de enfrentar a dimensão sociometabólica vital do sistema continua sendo a característica das corporações políticas organizadas do movimento operário. É este o grande desafio histórico do futuro” (MÉSZÁROS, 2002, p. 30; grifos do autor).

²⁸ “Hoje, a situação é qualitativamente diferente. Nela, a “transição” não pode mais ser conceitualizada num sentido histórico-social limitado, desde que sua necessidade emerge da relação com o aprofundamento da crise estrutural do capital como um fenômeno global.” (MÉSZÁROS, 2002, p. 1069). Segue afirmando: “[...] é impossível levantar o problema da transição como algo de significado apenas parcial, e, assim, aplicável a não mais que às circunstâncias específicas de uma conjuntura historicamente limitada. Não é mais possível conceber o objetivo das estratégias pós-capitalistas como um tipo de operação de manutenção com sentido estritamente defensivo, na expectativa de um crescimento significativo de todas as condições históricas e da relação de forças que favoreçam as chances de uma genuína transformação socialista. A ‘força das circunstâncias’ que tragicamente constrangeu e determinou o caráter do esforço de transição como uma operação de manutenção é uma coisa, a necessidade de uma transformação social radical em escala global é bem outra. Nesse sentido, a necessidade, hoje, de uma teoria compreensiva da transição aparece na agenda histórica da perspectiva de uma ofensiva socialista, baseada em sua atualidade histórica geral, em resposta à crescente crise estrutural do capital que ameaça a verdadeira sobrevivência da humanidade.” (*ibidem*, p. 1071).

Esta orientação exige, pelo menos, dois tipos de processualidades interligadas: a primeira pressupõe o que chama de *fenecimento do Estado*. O desafio será eliminar gradualmente o comando “separado” do capital sobre o trabalho, através da superação da hierarquia estrutural estabelecida pelo sistema do capital. Aqui reside o papel fundamental da progressiva democratização dos poderes de decisão até ao ponto em que o sociometabolismo do capital seja suplantado pela autogestão do trabalho comunalmente organizado. Com isso, o comando alienado – profundamente embutido na esfera da produção e reforçado pela estrutura de comando político “separado” da esfera da economia – perderá paulatinamente sua validade.

A segunda, por sua vez, diz respeito à necessidade de reestruturação radical da própria economia, o que o autor considera ser “um problema paradigmático da transição”. *Ao rejeitar o apropriação ou a adequação das forças produtivas engendradas pelo capitalismo, será crucial para o controle sociometabólico socialista perseguir a “regeneração geral da humanidade”*. Realizar as possibilidades históricas de “transcendência da autoalienação do trabalho” implica encarar todo o processo simultâneo de regeneração, envolvendo a relação entre capital, trabalho e Estado. Esta posição o permite proceder com a reavaliação crítica acerca: (i) do significado do “avanço” produtivo do capital²⁹; (ii) do caráter da “neutralidade” das forças produtivas³⁰ e (iii) da “complexidade” do sistema do capital.³¹

²⁹ “A afirmação de que nossa ‘sociedade tecnológica’ é um ‘tipo totalmente novo de sociedade’ em que ‘a ciência e a tecnologia ditam’ o que acontece ao corpo social, abalando por sua própria conta as instituições estabelecidas e destruindo os fundamentos sociais por sua própria conta as instituições estabelecidas e ‘destruindo os fundamentos sociais dos valores mais prezados’, é uma completa mistificação. Não pode haver um ‘tipo totalmente novo de sociedade’ criado pelo mecanismo pretensamente incontrolável e autopropulsionado das descobertas científicas e dos desenvolvimentos tecnológicos porque, na verdade, a ciência e a tecnologia estão sempre profundamente inseridas nas estruturas e nas determinações sociais de sua época” (MÉSZÁROS, 2004, p. 265).

³⁰ “[...] um sistema produtivo que se proponha a ativar a participação plena dos produtores associados requer uma multiplicidade adequadamente coordenada de ‘Processadores Paralelos’, além de um sistema operacional correspondente que seja radicalmente diferente da alternativa centralmente operada, que seja a capitalista ou as famosas variedades pós-capitalistas de *economias dirigidas*, apresentadas enganosamente como ‘de planejamento’” (MÉSZÁROS, 2002, pp. 864-865; grifos do autor).

³¹ “A ‘complexidade’, portanto, longe de ser a priori ‘inevitável’, é produzida diretamente pelas contradições internas da organização e do controle pós-revolucionário das funções produtivas (e reprodutivas) da sociedade sob as circunstâncias históricas prevalentes. Junto com o peso do passado, esta nova forma de relação estrutural antagônica entre produção e controle *cria* – no âmago do sociometabolismo fundamental das sociedades pós-capitalistas – não uma ‘inevitável complexidade’, mas uma *complexidade incontrolável*” (MÉSZÁROS, 2002, p. 866; grifos do autor).

Ademais, apoiando-se nas categorias *totalidade da força de trabalho e capital social total*, procura deixar explícito que a engenhosidade do sistema do capital, em utilizar-se de todas as formas possíveis de acumulação de capital, incorre na condição de expedientes que, ao mesmo tempo, encontram-se limitados em termos da capacidade de “renovação” dos deslocamentos violentos das contradições,³² bem como representam uma efusiva intensificação da exploração do trabalho em níveis estarrecedores. Em suma, para Mészáros, não existe qualquer evidência que qualifique o *socialismo pós-capital* enquanto “exigência do desenvolvimento das forças produtivas” e, tampouco, que resulte de transformações supraestruturais. A metáfora utilizada para ressaltar a reestruturação das forças produtivas no processo de transição³³ deriva fundamentalmente de sua postulação sobre o potencial amplamente destrutivo alcançado pelo sociometabolismo do capital.

³² “Neste ponto podemos ver novamente a importância vital de bloquear o caminho para possíveis soluções para a crise estrutural do capitalismo por meio do deslocamento violento de seus problemas na forma de uma nova guerra mundial. Sob as novas circunstâncias, alguns dos mais poderosos instrumentos de mistificação – graças aos quais o capital conseguiu exercer, no passado, seu controle ideológico paralisador sobre o trabalho – tornaram-se ameaçadoramente debilitados e tendem ao completo colapso. Pois agora as imensas tensões geradas no interior do sistema de produção do capital não podem ser exportadas numa escala adequadamente maciça à custa de outros países, e desse modo o antagonismo social básico entre capital e trabalho, que se situa nas raízes de tais tensões, não pode ser contido indefinidamente: *as contradições têm de ser combatidas no lugar onde realmente são geradas.*”

O capital, quando alcança um ponto de saturação em seu próprio espaço e não consegue simultaneamente encontrar canais para nova expansão, na forma de imperialismo e neocolonialismo, não tem alternativa a não ser deixar que sua própria força de trabalho local sofra as graves consequências da deterioração da taxa de lucro. De fato as classes trabalhadoras de algumas das mais desenvolvidas sociedades “pós-industriais” estão experimentando uma amostra da real perniciosidade do capital “liberal”.

A interação de vários fatores importantes – do dramático desenvolvimento das forças de produção à interposição de imensos obstáculos à livre expansão internacional do capital monopolista – expôs e debilitou o mecanismo tradicional do “caixa dois”, que no passado habilitou o capital a se conformar internamente às regras do “liberalismo”, enquanto praticava e perpetuava as formas mais brutais de autoritarismo no exterior. Expõe-se, assim, a natureza real das relações capitalistas de produção: a implacável dominação pelo capital evidenciando-se cada vez mais como um fenômeno *global*” (MÉSZÁROS, 2002, p. 1006; grifos do autor).

³³ “Como no caso do pai de Goethe (mesmo que por razões muito diferentes), não é possível colocar abaixo o prédio existente e erigir outro com fundações completamente diferentes em seu lugar. A vida deve continuar na casa escorada durante todo o curso da reconstrução, ‘retirando um andar após o outro de baixo para cima, inserindo a nova estrutura, de tal modo que ao final nada deve ser deixado da velha casa’. Na verdade, a tarefa é ainda mais difícil do que esta. Pois a estrutura de madeira em deterioração do prédio também deve ser substituída no curso de retirada da humanidade da perigosa moldura estrutural do sistema do capital” (MÉSZÁROS, 2002, p. 599).

3. Considerações finais

De maneira geral, verifica-se que, no debate sobre a transição ao socialismo ou ao pós-capitalismo no século XXI, o *socialismo digital* significa a tentativa de superação da *démarche* inscrita na longa e sinuosa disputa em torno da discussão acerca do cálculo e do planejamento econômicos, tão bem representada pela linha de frente crítica tomada desde Mises e Hayek. Já o *pós-capitalismo* exalta o solapamento do capitalismo contemporâneo, em sua tentativa de readaptação diante da crise dos anos de 1970, devido, sobretudo, ao papel desempenhado pelas novas tecnologias, recaindo, assim, na possibilidade aberta por estas novas tecnologias para a edificação do pós-capitalismo.

Por sua vez, o *socialismo autogestionário* exprime um campo de lutas em prol da constituição de um capitalismo democrático, que rivalize com outros modos de produção, inseridos no seu interior, capazes de promoverem as mudanças no sentido do socialismo autogestionário, aproveitando-se das forças produtivas engendradas pelo capitalismo, modificando-se apenas a forma do uso das tecnologias, pois esta transformação tecnológica implica a redução do autoritarismo capitalista e das hierarquias e está acompanhada do aumento da responsabilidade e autonomia dos trabalhadores. A ideia, portanto, reside em radicalizar estas tendências a favor do caráter associativista e solidário perseguido pelo desenvolvimento sustentável. Logo, trata-se de uma discussão que nos remete a muitos analistas em termos do “otimismo” inscrito no campo de possibilidades abertas pelo avanço do desenvolvimento tecnológico, mas que, no caso, necessitaria, através das lutas, ser redirecionado com base na autogestão e nos valores democráticos, sustentáveis e solidários dos trabalhadores associados.

Ademais, o *ecosocialismo* apresenta-se como sendo o elemento vital para a renovação radical e anticapitalista das teses e projetos que privilegiam a noção da ideologia do progresso e da modernização: é a consciência ecológica que exige ser admitida de maneira radical, sobretudo, anticapitalista, diante do “progresso destrutivo”. Por isso, temos então uma elaboração mais

crítica, que envolve diálogos e ligações com alguns autores, a exemplo de Mészáros e de Singer, mas também com a tradição do chamado “marxismo ocidental”, dos ecologistas, dos intelectuais e dos movimentos sociais, especialmente latino-americanos.

E, finalmente, o *socialismo pós-capital* assevera a total incapacidade das transformações supraestruturais, bem como da exigência do desenvolvimento das forças produtivas, para a concretização do socialismo, diante do caráter destrutivo da produção do capital. Importa, sobretudo, instaurar o processo de fenecimento do Estado, acompanhado pela reestruturação da economia, a fim de instaurar a progressiva democratização dos poderes de decisão até o nível em que o sociometabolismo do capital seja suplantado pela autogestão do trabalho comunalmente organizado, isto é, a eliminação por completo do comando “separado” do capital sobre o trabalho e sobre o Estado. Logo, trata-se de um argumento que encontra ressonância em grande parte da esquerda anticapitalista e revolucionária.

Uma vez apresentada esta breve síntese do debate, são bastante explícitas as diferenças entre os autores em termos de pensar a transição ao socialismo/ pós-capitalismo no século XXI do ponto de vista do papel atribuído ao desenvolvimento das forças produtivas, assim como também das perspectivas acerca das necessidades de transformações na forma do Estado e do mercado e, sobretudo, da efetividade ou não de uma revolução para a supressão do próprio capitalismo.

Referências

- ACOSTA, A. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.
- BARBIERI, F. *História do debate do cálculo econômico socialista*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2013.
- BERNARDO, J. *Para uma teoria do modo de produção comunista*. Lisboa: Editora Afrontamento, 1975.
- BORDA, O. F. *El socialismo raizal y la Gran Colombia bolivariana*. Caracas: Fundación Editorial Elperroylarana, 2008.
- DIETERICH, S. H. *El Socialismo del siglo XXI*. Berlim: Gegenstandpunkt, 2006.
- LINERA, A. G. *Socialismo Comunitário: un horizonte de época*. La Paz: Vicepresidencia del Estado, Presidencia de la Asamblea Legislativa Plurinacional, 2015.
- LOUREIRO, I. (org.) *Socialismo ou barbárie: Rosa Luxemburgo no Brasil*. São Paulo: Instituto Rosa Luxemburgo, 2008.
- LÖWY, M. "Por um marxismo crítico". In: BENSÁID, D. & LÖWY, M. *Marxismo, modernidade e utopia*. São Paulo: Xamã, 2000.
- _____. *Ecologia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. "Ecosocialismo e planejamento democrático", *Crítica Marxista*, n. 28, pp. 35-50, 2009.
- MASON, P. *Pós-capitalismo: um guia para o nosso futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- MAYER-SCHÖNBERGER, V. & RAMGE, T. *Reinventing Capitalism in the Age of Big Data*. New York: Basic Books, 2018.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- _____. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MOROZOV, E. "Digital Socialism? The calculation debate in the age of Big Data", *New Left Review*, n. 116/117, pp. 33-67, março-junho, 2019.
- PRADO, E. "Do socialismo centrista ao socialismo democrático", *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 39, pp. 60-77, outubro, 2014.
- _____. "Socialismo, utopia inviável? Parte 1, 2 e 3. 2019". In: *Outras Palavras*. Disponível em: <https://outraspalavras.net/alemdamercadoria/socialismo-utopia-inviavel-1/>. Acesso em: 11/11/2020.
- SAROS, D. *Information Technology and Socialist Construction: The End of Capital and the Transition to Socialism*. New York: Routledge, 2014.
- SINGER, P. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- _____. "Oito hipóteses sobre a implantação do socialismo via autogestão". In: *Democracia e autogestão*. São Paulo: Temporaes, 1999.
- _____. "Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário", *Revista Estudos Avançados*, v. 18, n. 51, pp. 7-22, 2004.